

## Medição da Pobreza: o que Tem na Linha?

por Alejandro Grinspun, Centro Internacional de Pobreza

**Apesar de uma longa genealogia** que remonta à passada Inglaterra vitoriana, a noção de uma “linha da pobreza” – um limiar do bem-estar expresso em termos monetários – não deixa de ter os seus problemas. Os críticos alegam que a idéia de um discreto ponto de corte, que separe os pobres dos não-pobres é conceitualmente viciada já que a pobreza e o bem-estar podem melhor ser entendidos como uma função contínua. Existe, de fato, considerável movimento para dentro e para fora da pobreza que os estudos que se fiam numa linha fixa da pobreza não conseguem captar.

Ao centrar a atenção sobre os meios privados para satisfazer as necessidades humanas, renda ou consumo refletem bem-estar apenas indiretamente. Mas isto é apenas uma forma de avaliar a pobreza. É importante, por exemplo, se uma pessoa tem também acesso a bens e serviços públicos que melhorem o bem-estar. Esta é a razão pela qual as medidas monetárias são muitas vezes combinadas com indicadores de bem-estar mais “diretos” como a esperança de vida, o estado nutricional e de saúde, a educação, e as condições habitacionais. Combinando indicadores monetários e sociais não só captam-se as múltiplas dimensões das carências, mas também pode lançar luz sobre a sua natureza crônica ou transitória.

Na prática, porém, as medidas em unidades monetárias são as representações mais amplamente utilizadas para a pobreza. A questão torna-se então, que nível de bem-estar determina o ponto de corte entre pobres e não pobres?

A resposta não é tão simples, já que as medidas da pobreza podem ser altamente sensíveis às escolhas e às suposições metodológicas feitas na construção de uma linha da pobreza. As diferenças podem estar longe de serem insignificantes. Székely et al. (2000) mostraram que, dependendo da escolha das escalas de equivalência, as suposições sobre economias de escala no consumo, dos métodos de tratamento de rendimentos zero e de falta de rendimentos ou do ajuste para comunicações inexatas de rendimentos, o índice latino-americano de proporção de pobres variou de 12,7% a 65,8%, e o hiato de pobreza de 4,5% a 37,9%, no final da década de 1990!

As medidas da pobreza são muitas vezes estimativas grosseiras, na melhor das hipóteses. Tome-se a renda. Ademais da sua dificuldade para captar plenamente a capacidade de uma pessoa dispor de mercadorias – devido, por exemplo, às variações regionais de preços, custo de vida ou da disponibilidade de bens essenciais – sabe-se que as rendas são seriamente subnotificadas nas pesquisas. No entanto, a extensão da subnotificação não pode ser avaliada corretamente, em parte devido às limitações nas contas nacionais, que não contêm dados confiáveis sobre atividades informais e as desenvolvidas a partir de casa, uma fonte vital de rendimentos para os pobres. Ajustamentos para declarações inexatas por vezes podem introduzir novos vieses, ao invés de corrigi-los.

Mesmo a determinação do componente alimentar de uma linha de pobreza está longe de ser simples. Devem se examinar os padrões de consumo efetivo dos pobres, ou em vez disso, selecionar uma cesta alimentar que proporcionará as calorias exigidas com o menor custo? Normalmente, exigências nutricionais são relatadas como médias nacionais, embora as necessidades variem de acordo com sexo, idade e níveis de atividade. E, enquanto escalas de equivalência podem ser usadas para levar em conta as diferenças de estrutura dos domicílios, existe pouca orientação para a escolha entre escalas alternativas apesar de seu impacto variado sobre as estatísticas da pobreza.

Calculando a participação não-alimentar é ainda mais problemático. Apesar de um consenso de que artigos não-alimentares essenciais devam fazer parte de um pacote de consumo na pobreza, não são óbvios quais devam ser esses artigos. Assim, uma modesta alocação para despesas não-alimentares é muitas vezes feita por uma majoração em relação à linha da pobreza alimentar por algum múltiplo, que tipicamente reflete o que os domicílios pobres gastam em artigos não alimentares mais do que aquilo que deveriam gastar, a fim de evitar carências. Este método de estimar a participação não-alimentar tende a subestimar a dimensão da pobreza, especialmente entre as crianças quando combinados com o uso de escalas de equivalência baseadas em calorias; as crianças podem exigir menos calorias do que homens adultos, mas têm muitas outras necessidades pelas quais têm que pagar.

Comparações da pobreza podem também ser tendenciosas por diferenças sutis nas definições da pesquisa – como a inclusão de diferentes fontes de rendimento ou de agregados de consumo – ou a escolha dos deflatores para corrigir alterações temporais de preços. Em vez de se dar novos preços na mesma cesta alimentar e de se recalcular a proporção não-alimentar em cada período, os ajustes para as mudanças dos preços são muitas vezes feitos através da multiplicação da linha total de pobreza por um índice geral de preços ao consumidor. O problema é que os índices de custo de vida não captam bem os padrões de consumo, e conseqüentemente os preços, que importam para os pobres. Problemas semelhantes surgem quando se usam fatores de paridade de poder aquisitivo para correção em vista das alterações no custo de vida entre os países.

Em última análise, é preciso reconhecer que as linhas de pobreza – como quer que sejam definidas – sempre irão representar um ponto de corte arbitrário que, sozinho, pode não oferecer o melhor guia para a elaboração de políticas. Mais importante do que a busca de uma “única melhor” linha da pobreza é explorar a sensibilidade das estimativas da pobreza para com as escolhas e os pressupostos subjacentes às estatísticas, bem como o uso de linhas e medidas alternativas. O que importa, afinal, é encontrar medidas robustas que permitam aos usuários avaliar tendências temporais na pobreza, analisar os seus fatores determinantes e perfil, bem como estabelecer rankings da pobreza, sem ter de aceitar as decisões normativas que inevitavelmente estão subjacentes a qualquer medida única.

*Referência:*

Miguel Székely, Nora Lustig, e José Antonio Martín Cumpa Mejía, “Do we know how much poverty there is?”, IDB Working Paper No. 437, Dezembro 2000.

O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:  
[www.undp-povertycentre.org](http://www.undp-povertycentre.org)